

O CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: ANÁLISE DOS RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Maria Emilia de Lima¹
Marcos Garcia Neira²

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física escolar; currículo; cultura

INTRODUÇÃO

A escola convive com manifestações e expressões culturais de grupos distintos ao mesmo tempo em que é atravessada por discursos ou teorias curriculares diversos. Nesse contexto circulam propostas na área da Educação Física (EF) com características específicas. Cada qual põe em circulação os significados correspondentes às visões de aluno, conteúdo, aprendizagem e educação que quer privilegiar.

Numa sociedade marcada pela diversidade, a experiência escolar deve contemplar o debate e o encontro de culturas. As aulas de EF se constituem em um espaço no qual as vozes e as gestualidades subjugadas podem ser reconhecidas. A fim de verificar o grau de atendimento desse pressuposto, nos debruçamos sobre a proposta curricular da rede municipal de ensino de São Paulo (SME-SP).

OBJETIVO

Analisar a proposta curricular de EF do município de São Paulo, mais especificamente o tópico “Relatos de Experiências” e destacar possibilidades de diálogo com as diferenças.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo para a qual procedemos a análise do documento curricular de EF da rede municipal de São Paulo.

DISCUSSÃO

Ao longo da carreira profissional, como professora de EF da SME-SP, testemunhamos, a cada mudança de governo, movimentos de reforma no sistema educacional municipal bem como variada produção de material definidor de diretrizes. Candau (2001) aponta que para além das mudanças/reformas/reorientação curricular há um discurso legitimador de um projeto político-ideológico de caráter neoconservador. Para a autora, os currículos escolares passam a ser delineados na lógica do mercado e na dinâmica do produto e do lucro. Com tais características, não é de se estranhar, o fato do Banco Mundial exercer uma notável influência na construção da homogeneidade discursiva das políticas educacionais do continente.

De certa forma, a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” explicitou a necessidade de melhoria da qualidade da educação vinculada à implementação de sistemas de avaliação do desempenho escolar (VASCONCELOS, 2012). Por sua vez, o relatório coordenado por Jacques Delors propôs quatro pilares para sustentar um projeto de educação direcionado para: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

¹ Mestre em Educação e Doutoranda em Educação pela FE-USP. emiliadelima@yahoo.com.br

² Mestre e Doutor em Educação e Livre-Docente em Metodologia de Ensino de Educação Física. mgneira@usp.br



Articulado com esta política internacional, no Brasil, diversas mudanças relativas à gestão pública da educação foram protagonizadas pelo governo federal, a partir da década de 1990. O Estado, assumindo características reguladoras e fiscalizadoras, impetrou nova configuração na definição de metas em busca de uma educação de qualidade. Nos anos mais recentes, destacamos o PDE³, o FUNDEB⁴, o IDEB⁵ e o Plano de Metas “Compromisso de Todos pela Educação”⁶. O ponto central de todo esse conjunto de siglas é, segundo Shiroma, Garcia e Campos (2011) “a corresponsabilidade e a busca de eficiência, eficácia e efetividade” (p. 234). A ideia principal é de acompanhar a distância, o que acontece nos estados e municípios.

Nos termos de Ball (2005), vem ocorrendo a produção de uma *cultura da performatividade*. O Estado estabelece metas a serem cumpridas, compara e controla se as escolas estão alcançando-as ou não. No final das contas, verificamos uma tendência à centralização de tomada de decisões sobre o que deve ser ensinado.

No que tange ao cenário político e educacional da cidade de São Paulo a reorientação curricular ajustou-se às demandas do panorama mais geral das políticas e manteve a tradição de produzir e distribuir material prescritivo de orientação didática. Destacamos a preocupação com a formação de sujeitos capazes de ler e compreender entre tantos, os textos selecionados (logo valorizados e controlados) por agentes externos. Na área de EF o interesse pela formação de um sujeito produtivo e saudável se aproximou do currículo.

Focalizamos, entretanto nos documentos produzidos nos anos de 2006 e 2007⁷ discursos com potencial para formação para a criticidade e democracia. Tais documentos têm por base o currículo cultural de EF baseado na obra de Neira e Nunes⁸ (2006, 2009), que, em linhas gerais, tenciona impedir a reprodução da ideologia dominante presente nos diversos marcadores sociais (classe social, gênero, idade e outros) que se perpetua por meio das práticas corporais. Assim a leitura, escrita e interpretação do movimento deu uma “virada no jogo político”, uma vez que enfatizou discursos não hegemônicos presentes nas manifestações corporais presentes no universo cultural dos alunos.

Do material produzido para área de EF, extraímos, especificamente no tópico “Relatos de experiências”⁹, elementos que nos permitiram identificar indícios do diálogo entre as manifestações da cultura corporal, o professor e seus alunos: aspectos comuns no que se refere ao ponto de partida para o planejamento das aulas; adequação às características da comunidade escolar; diversificação de atividades didáticas; preocupação com o

³ O PDE lançado pelo MEC em 2007, embora ainda estivesse em vigor o Plano Nacional de Educação (2001-2011), buscou estabelecer conexões entre a avaliação, financiamento e gestão.

⁴ O FUNDEB foi aprovado em 2006, substituindo o FUNDEF.

⁵ O IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: mede o desempenho do sistema (escolas e redes de ensino), por meio de exames padronizados e indicadores de fluxos (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), numa escala que vai de zero a dez.

⁶ Um movimento da sociedade civil formado por educadores, organizações sociais, empresas, especialistas em Educação, pesquisadores, empresários, gestores públicos e outros interessados com a melhoria da escola pública no Brasil.

⁷ Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do Ensino fundamental - Educação Física. Orientações Curriculares proposição de expectativas de aprendizagem Ensino Fundamental II Educação Física.

⁸ Marcos Garcia Neira e Mario Luiz F Nunes foram os assessores contratados pela Secretaria Municipal de Educação para coordenar a produção do material na área de Educação Física.

⁹ São Paulo, 2006, p. 37 a 69 e São Paulo, 2007, p. 90 a 95.



desenvolvimento da competência leitora e escritora; coerência com os encaminhamentos de natureza política e pedagógica disseminadas pelo currículo cultural.

Aprendemos a preocupação com a leitura das práticas corporais no contexto do cotidiano vivenciado pelos alunos. Contrariando o que nos apresenta Torres Santomé (2008), as vozes ausentes começaram a fazer barulho nas escolas. Percebemos que coube ao professor organizar as atividades de ensino levando em conta a diversidade presente, o que não é nada simples, visto que a escola tende ao monoculturalismo, “por meio da transmissão dos saberes de alcance ou pretensão universal, reduz a autonomia das culturas populares e converte a cultura dominante em cultura de referência, em cultura padrão” (GRIGNON, 2008, p. 182). Ademais, diferentemente do que estamos acostumados a presenciar, tanto as atividades mais “práticas” de brincar, dançar, saltar, lutar etc. como as de pesquisa, debates, entrevistas, observação, foram igualmente valorizadas. Em relação ao desenvolvimento da competência leitora e escritora é lícito afirmar que os relatos de experiência apontam para o atendimento as práticas de leitura e escrita ao incentivar e propor a leitura dos gestos e a produção de coreografias.

CONCLUSÃO

Diante do exposto consideramos que a proposta da prefeitura municipal de São Paulo para o componente EF fortalece os setores excluídos da população para que se tornem aptos a participar de um processo democrático. Cria espaços e constrói as condições para que as vozes e as gestualidades subjugadas possam ser reconhecidas pelos estudantes. Em que pese algumas contradições, os resultados da análise dos Relatos de Experiência indicam possibilidades de desenvolvimento de uma ação educativa de cunho democrático consoante com a perspectiva adotada pela proposta municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALL, S.J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 35 nº 126. São Paulo, Set/Dez. 2005.
- CANDAU, V. M. Reformas Educacionais hoje na América Latina. In: Moreira. A. F. B (org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. 4º Ed. - Campinas. SP: Papirus, 2001.
- GRIGNON, C. Cultura dominante, cultura escolar e multiculturalismo popular. In: SILVA, T. T.(org) **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 178 – 189.
- NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas**. São Paulo: Phorte, 2006.
- _____. **Educação Física, currículo e cultura**. São Paulo: Ed. Phorte, 2009.
- SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do movimento Todos pela Educação. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- TORRES SANTOMÉ, J. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, T. T.(org) **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 159 – 177 – (Coleção Estudos culturais em Educação).
- VASCONCELOS, A. C. C. A. O PDE e o IDEB no Sistema Municipal de Ensino: Uma Experiência Desafiadora da Apropriação e da Leitura dos Indicadores. Anais do **XVI ENDIPE UNICAMP-UNESP**, 2012.